



## **A POLÍTICA EDUCACIONAL PAULISTA: COMPARAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO DOS DOCENTES VINCULADOS À SEDUC-SP**

**Palavras-Chave: Trabalho docente, Relações de trabalho, Comparação de dados estatísticos**

**Gabriel Hidalgo de Lucena - FE Unicamp**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Selma Venco(orientadora) FE Unicamp**

---

### **Introdução**

Esta comunicação é fruto de pesquisa de iniciação científica sob orientação da Prof. Dr. Selma Venco e vinculado ao projeto “A política educacional no Brasil e na França: um estudo sobre as relações de trabalho no território”<sup>1</sup> e tem como objetivo comparar as informações estatísticas referentes às relações de trabalho dos docentes da rede estadual de São Paulo, obtidas por meio de duas fontes, da SEDUC-SP e do INEP, compreendidos entre o período de 2011 a 2019, a fim de verificar a hipótese de que o levantamento do INEP, pode trazer uma maior imprecisão dos dados estatísticos, devido a forma como o mesmo é operacionalizado.

Considera-se que após a reforma administrativa do Estado ocorrida no governo FHC (1995–2003), via Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), possibilitou a ampliação da contratação flexibilizada no setor público, que já ocorria entre os docentes da rede estadual paulista, por meio do Decreto n° 2271 de 7 de julho de 1997 que permitia a contratação de serviços públicos de forma indireta. Nos anos seguintes da promulgação do decreto estadual houve um aumento de professores não efetivos, chegando, em 1999, a 72% dos docentes em São Paulo e registrando por 17 anos (1999 a 2016) uma média de 50% dos docentes da rede nessa situação (VENCO; SOUSA, 2021).

---

<sup>1</sup>Vinculado à pesquisa financiada pela FAPESP – PROCESSO 2019/01552-3, essa sob coordenação da Prof<sup>ª</sup> Selma Venco.

Considera-se que a Nova Gestão Pública, ao suscitar aspectos gerenciais do setor privado para a administração pública (PAULA, 2005) que chega ao Brasil concomitantemente à reestruturação produtiva, promove a precariedade das relações de trabalho dos docentes mediante a flexibilização dos contratos. Coloca-se aqui a distinção entre precariedade e precarização, pois compreende-se precariedade como sendo o fenômeno no qual os contratos trabalhistas sugerem algum tipo de vulnerabilidade social, enquanto a precarização é o processo de degradação das condições de vida acarretadas pelo emprego por tempo determinado e ou desprovidos de direitos (CASTEL, 1998). Linhart (2009), por sua vez, irá distinguir dois tipos de precariedade: a objetiva refere-se, consoante à proposta de Castel (1998), às relações de trabalho, ou seja, aos contratos por tempo determinado, sem direitos e com jornadas reduzidas, diretamente ligados às políticas e que será o referencial teórico do presente estudo; enquanto a subjetiva trata do sentimento de precariedade que pode afetar até mesmo os estáveis.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa, ora apresentada, é de caráter documental cuja característica segundo Cellard (2008, p. 295) é aquela que permite eliminar “ao menos em parte a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador no conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos”, pois tais informações são externas ao pesquisador, mas sim referentes a um dado contexto social, cabendo a este agir sobre os documentos, momento em que se faz presente a sua influência e expõe a sua análise. Com base nessa concepção, foram coletados e sistematizados dados estatísticos acerca da contratação dos docentes da rede estadual paulista<sup>2</sup>, de duas fontes distintas, a fornecida pela SEDUC-SP e o levantamento do Censo Escolar do INEP, com vistas a compará-los e analisar as possíveis disparidades ao confrontá-los.

Os dados do Censo Escolar são levantados mediante preenchimento de questionários elaborados pelo INEP e enviados às Secretarias Estaduais de Educação que repassam aos municípios e instituições escolares públicas e privadas (DINIZ, 1999) que não possuem acesso à internet. Para as que possuem acesso, o preenchimento é feito online via sistema Educacenso. Os profissionais respondentes do censo são diretores responsáveis pela

---

<sup>2</sup>Obtidos via lei de transparência junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e via microdados do Censo Educacional elaborado pelo INEP.

instituição de ensino ou pelos secretários da mesma. Os dados coletados são transformados em dados estatísticos disponibilizados no ano seguinte ao levantamento pelo INEP.

Com relação aos dados dos profissionais da educação levantados pelo INEP, é considerado pelo censo como função docente os profissionais que possuem regência, isto é, aulas atribuídas. A duplicidade dos dados é corrigida através de um número identificador de cada docente gerado pelo sistema Educacenso. Os dados da SEDUC-SP foram levantados através do cadastro funcional, e sua base de dados pode conter professores que por algum motivo estão afastados.

Considera-se, com base em Jannuzzi (2002) e Besson (1995), que as informações estatísticas são reflexos da realidade, mas que seus números não representam a realidade social, eles indicam a ocorrência de determinado fenômeno social apenas.

## **Resultados**

Observou-se, a partir dos resultados da iniciação científica anterior (LUCENA, 2020) com os dados da SEDUC-SP, que entre 2011 e 2019 permaneceu uma média de 39,6% de docentes não efetivos (não concursados), sendo os extremos: máximo em 2013, com aproximadamente 51,8% dos docentes não efetivos; e, mínimo em 2017 que registrou 35,7% contratos temporários. Verificou-se um aumento de 19,45% dos professores efetivos em 2014, em relação ao ano de 2013, ao qual atribui-se tal fato à contratação dos profissionais aprovados na realização do último concurso público em 2013. Percebeu-se também que após o ápice de contratações de docentes categoria “O” em 2013, a quantidade dos docentes da referida categoria passou a decair gradativamente. As análises (LUCENA, 2020) indicam que tal fenômeno ocorre por ações da política educacional, a saber: o estabelecimento da “duzentena” (LC 1.093/2009) posto que os docentes contratados foram obrigados a aguardar um intervalo de 180 dias para poder renovar o contrato em caráter temporário, mas passou, em seguida, para 40 dias após alteração feita pela LC 1.314/2017. Além disso, constata-se o fechamento de salas, aumento do número de alunos por turma e o incentivo ao fim do ensino noturno nas escolas. Destaca-se também que houve uma redução de, aproximadamente, 3,4% no total de professores, contando entre efetivos e não efetivos, para os mesmos anos. Tal redução é sentida, além das já mencionadas acima, pelos afastamentos e aposentadorias de

profissionais, que não são repostos pela realização de concursos, visto que o último ocorreu em 2013.

Com relação aos dados do INEP referentes aos docentes da rede estadual de São Paulo, notou-se um aumento na contratação dos docentes não concursados quando comparado com número de docentes efetivos, indo da mínima de 18% em 2011 para a máxima de 27% em 2019, mantendo uma média nesse mesmo período de 20,67% de professores não concursados. De 2013 para 2014, houve uma redução de 2,33% de professores concursados, de 75% para 73%, e, posteriormente, um aumento de 13,1% de professores concursados em 2015 seguido de flutuações nas taxas de variação, até a marca de 73% de professores em provimento efetivo em 2019. Observa-se um distanciamento dos dados do INEP para com os da SEDUC-SP (VENCO; SOUSA, 2021) e para com as políticas implementadas como a realização do último concurso de 2013, visto a redução de professores efetivos de 2013 para 2014, além da redução do número total de professores, concursados e não concursados, devido a aposentadorias, afastamentos e fechamento de salas.

Constatou-se que os dados do INEP e da SEDUC-SP se assemelham quanto ao número total de docentes na rede estadual paulista, mas apresentam valores consideravelmente menores que os dados apresentados pela SEDUC-SP quando comparado os números de professores não efetivos, e que as taxas de variação não seguem um padrão de acréscimo ou decréscimo, como os verificados pelos fornecidos pela SEDUC-SP, mas sim flutuações, o que levam a crer que levantamento do censo, com relação ao vínculo dos professores, apontam um diagnóstico mitigado da precarização objetiva que os docentes estão sujeitos.

### **Algumas considerações**

Sustenta-se, na presente análise, que isso seja o reflexo da forma como o Censo Escolar é conduzido, por meio do preenchimento de formulário sob a responsabilidade da direção da escola, mas é executado por profissionais da secretaria ou diretoria escolar, que passam por treinamento dado por técnicos das Secretarias de Educação, estadual ou municipal, ou das Regionais de Ensino (DINIZ, 1999). Indaga-se aqui sobre qual orientação os profissionais que preenchem o questionário do Censo recebem e como é preenchida a questão acerca da forma de contratação, pois os dados do censo diferem consideravelmente

dos da SEDUC-SP, que são obtidos através do cadastro funcional o que, em tese, lhes conferem maior confiabilidade, fazendo pensar que os dados do INEP podem estar sendo atenuados para que o projeto de flexibilização das relações de trabalho dos docentes tome continuidade, apresentando dados que apontam para uma precariedade objetiva dos docentes da rede estadual paulista não tão alarmante.

### **Referências bibliográficas**

BESSON, J. (Org.) **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editorial UNESP, 1995.

CASTEL, Robert. **Metamorfozes da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CELLARD, André. A análise documental. In POUPART, J. et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DINIZ, Ednar Maria Vieira. O Censo Escolar. **Revista Brasileira Est. pedag.**, Brasília, v. 80, n. 194, p. 156-163, jan./abr. 1999.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

LINHART, Danièle. Modernisation et précarisation de la vie au travail. **Papeles del CEIC**. Vol. 1, marzo-sin, 2009, pp.1-19. Universidad del País Vasco.

LUCENA, G. **A política educacional paulista: uma análise das relações de trabalho praticadas no município de Campinas**. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P16908A34733O2330.pdf>.

Acesso em: 18 agosto 2021.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VENCO, S.; SOUSA, F. O crepúsculo da função pública: distopia ou realidade? **Revista Educación, Política y Sociedad**, 6(1), 149-176, 2021. <https://doi.org/10.15366/rep2021.6.1.006>